
Escrita e memória indígena nas reduções guaranis: século XVIII

Eduardo Neumann*

Resumo: Os “modos de rememorar” dos Guaranis, outrora relacionados a músicas, festas e beberagens, sofreu grande impacto com o advento da escrita nas reduções. A instrução alfabética ministrada aos indígenas permitiu-lhes formular registros escritos de acontecimentos e mesmo de suas opiniões. A escrita, pode-se afirmar, introduzira novas maneiras de eles se relacionarem com o passado, a partir de uma sociabilidade calcada na memória estabelecida através do mundo dos papéis. E a familiaridade manifesta com os diferentes níveis das práticas letradas, mesmo restrita a uma elite, havia promovido sociabilidades inéditas, permitindo aos índios das reduções estabelecerem novos modos de relação com os outros e os poderes.

Palavras-chave: Escrita indígena. Missões guaranis. Memória.

Abstract: The guaranis’ “ways of remembrance”, once related to songs, festivities and brews, suffered a great impact with the advent of writing in the reductions. The alphabetic instruction given to the natives allowed them to create written accounts of certain events as well as of their opinions. Writing, one can say, introduced new ways of relating to the past, from the standpoint of a sociability grounded on the established memory of the world of papers. And the familiarity with the different levels of literate practices, even when restricted to an elite, promoted novel ways of socialization, allowing the natives of the reductions to establish new ways to relate with each other and the powers.

Key words: Native-American writing. Guaraní missions. Memory.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto no Departamento de História da UFRGS. *E-mail:* enemann@portoweb.com.br

Introdução

Os índios das reduções, ao contrário do que se pensava, geralmente sabiam escrever: em guarani, espanhol e mesmo em latim. No entanto, as pesquisas históricas elaboradas a respeito das reduções administradas pelos jesuítas, na Província do Paraguai, não dedicaram a devida atenção ao fato de os Guaranis terem aprendido a escrever. Os resultados positivos obtidos, através da alfabetização promovida nas reduções, permitiram uma rápida difusão da “razão gráfica”¹ entre os indígenas.

Contudo, apesar da relevância apresentada pela escrita, desde os momentos iniciais dos trabalhos de evangelização na América hispânica, não há estudos que analisem as apropriações² efetuadas pelos Guaranis diante da instrução alfabética recebida. O recurso à escrita, como um instrumento de conversão, foi um expediente amplamente explorado pelos jesuítas com seus catecúmenos. De fato, os missionários reproduziram ou adaptaram nas reduções as práticas de alfabetização semelhantes àquelas difundidas durante o Renascimento europeu.

A habilidade dos indígenas em manusear os caracteres grafados é uma decorrência do ensino das *artes y ofícios* de que as ordens missionárias lançavam mão no âmbito de suas estratégias de catequese. Nesse sentido, muito há de ser feito ainda no campo da História, no que diz respeito à análise do impacto ocasionado pela introdução da escrita na organização social dos Guaranis e na maneira de esses estabelecerem memórias diante das novas formas de comunicação.³

Escrita indígena e rebelião nas reduções: a “guerra guaranítica”

Após décadas manuseando textos e mesmo produzindo livros, os Guaranis missioneiros demonstraram grande familiaridade com os diferentes níveis das práticas de leitura e escrita nas reduções. O contato freqüente com a cultura gráfica na forma de catecismos, sermonários, reais cédulas, cartas, inscrições e letreiros, facultaram a uma parcela da população um domínio surpreendente dos protocolos letrados.

Na história das reduções o uso da escrita pelos indígenas atingiu, em alguns períodos, níveis surpreendentes. Um deles foi durante os trabalhos de demarcação dos novos limites, entre as possessões ibéricas na América do Sul, momento de execução das cláusulas estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750). A reação escrita, como as manifestações bélicas, dos Guaranis aos termos ajustados no Tratado, desencadeou um conflito sem precedentes na região.

A negativa por parte da população missioneira oriental à ordem de transmigração, e o posterior desacato às determinações dos jesuítas, implicou o estremecimento das relações entre ambos. Apesar dos esforços empreendidos desde 1752, no sentido de colocar em prática a mudança de aproximadamente 30 mil Guaranis, não foi possível convencê-los a executar a nova medida. No ano seguinte, com a chegada dos comissários demarcadores enviados pelas monarquias ibéricas ao território implicado na permuta, iniciava-se um dos períodos mais intensos e polêmicos da história da América meridional.

O conflito deflagrado nas reduções orientais, em meados do século XVIII, ficou conhecido na historiografia como “guerra guaranítica” (1754/1756). Uma rebelião colonial em defesa do interesse indígena, em detrimento das prerrogativas metropolitanas, é um dos temas mais recorrentes sobre as reduções administradas pelos jesuítas. A tentativa das monarquias ibéricas de definir uma linha de fronteira entre suas possessões americanas detonou a suspeita sobre o envolvimento dos jesuítas (ou de alguns deles) como responsáveis pela negativa de parte da população missioneira às ordens de transmigração. Os missionários eram acusados de incitá-los à rebelião. Avaliação simplista que minimizava o poder de decisão dos próprios indígenas.

Sem dúvida, o principal óbice à execução da demarcação dos novos limites foi a negativa indígena em abandonar as suas reduções. Essa oposição rapidamente transformou-se em uma rebelião que, apesar de não ter sido estimulada abertamente pelos jesuítas, tampouco foi possível de ser impedida por eles. A partir desses episódios, os Guaranis exerceram seu autogoverno, quando relegaram aos missionários apenas tarefas espirituais.

Como mecanismo de protesto, os índios letrados das reduções, contrários às ordens de transmigração, recorreram aos usos estratégicos da escrita. Eles externaram, em diversas ocasiões, seu ponto de vista por escrito, procurando evitar ou impedir a execução do tratado. De fato, a batalha dos papéis antecedeu o conflito bélico nas reduções orientais.

As iniciativas epistolares da elite guarani buscavam estabelecer canais de negociação que garantissem a primazia indígena sobre as terras orientais. Diante da presença das comissões demarcadoras no território missioneiro, houve um acirramento das relações entre os índios rebelados e as autoridades ibéricas, circunstâncias que, agregadas a outros fatores, contribuíram para desencadear a “guerra guaranítica”.

Os textos escritos pelos Guaranis

Nas últimas décadas houve um interesse renovado por parte dos historiadores em relação aos textos escritos pelos ameríndios, papéis raros, preservados na forma de séries documentais, coleções ou algum texto manuscrito inédito.⁴ A importância conferida a tais acervos, conjugada a uma nova perspectiva teórico-metodológica, contribuiu para uma reavaliação geral das dinâmicas socioculturais estabelecidas na América colonial.

Por sua vez, a documentação indígena, escrita em guarani e espanhol, sinaliza que em alguns episódios o apego à escrita – a escritofilia indígena – foi muito pronunciada entre os Guaranis.⁵ Portanto, aqui não se pretende analisar a experiência missioneira unicamente a partir dos conteúdos presentes nos textos escritos pelos Guaranis, mas dimensionar os usos que essa sociedade reservou à sua capacidade gráfica e a quais demandas ela respondia. Os textos escritos pela elite indígena, após várias décadas de vida em redução e ainda hoje conservados em arquivos, bibliotecas ou mesmo coleções documentais, permitem indicar as finalidades que eles destinaram à sua competência alfabética.

O uso frequente da escrita habilitou a elite missioneira a manusear o mundo dos papéis, como ocorreu de maneira acentuada a partir da segunda metade do século XVIII. Época em que houve uma ampliação do uso social da escrita, quando essa deixou de ser um atributo exclusivo dos secretários, até então os escreventes por excelência em cada redução.

Durante o conflito, a escrita foi praticada por outros sujeitos como os administradores e demais integrantes dos cabildos missioneiros que, em determinadas circunstâncias, tentaram atuar na defesa de seus interesses. Em outras oportunidades, alguns deles escreveram para estabelecer comunicação com seus companheiros ou produzir memória de fatos considerados dignos de recordação. Por certo, o recurso à escrita conferiu uma nova lógica nas maneiras de conduzir os conflitos e estabelecer alianças. O domínio do alfabeto tanto alterou as formas de registro dos Guaranis como determinou um novo ordenamento de suas pautas culturais, possibilitando estabelecer relações e, também, construir novas redes de apoio.

Nesse aspecto, a habilidade gráfica tanto atendia às finalidades usuais, no caso a administração da vida em redução, como facultava oportunidades inusitadas para que os integrantes dessa elite expressassem suas opiniões. Duas perguntas decorrem dessa constatação: O que os

Guaranis procuravam garantir através da prática da escrita? Por que a palavra escrita foi valorizada pelos indígenas durante os trabalhos de demarcação de limites?

Para responder a essas indagações, é necessário dimensionar a aquisição da escrita como um processo inserido nas estratégias evangélicas, visando à conversão dos Guaranis. Tal processo gerou efeitos não esperados e desdobramentos que nos revelam aspectos inerentes à “colonização do imaginário”⁶ indígena.

Enfim, a escrita indígena, registrada em diferentes suportes e com finalidades diversas, obriga-nos a rever em grande medida as avaliações simplistas que consideravam a atividade “escriturária” guarani, nas reduções, como um fato sem grande importância ou restrita ao trabalho dos índios copistas quando reproduziam textos canônicos. (NEUMANN, 2005).

Memória e identidade nas reduções

Há consenso entre os historiadores que a escrita foi saudada pelos autores da Idade Moderna como um artifício capaz de superar a perenidade do tempo. Um recurso apto a registrar de maneira fiável os acontecimentos e, assim, estabelecer memória.⁷ Afinal, uma das finalidades da escrita é superar o esquecimento. Contudo, o acesso à memória coletiva somente é possível através da experiência individual.

Diversos autores escreveram sobre a importância dos jogos sociais nos atos de rememorar e esquecer, fatores essenciais para a constituição de uma identidade coletiva. (HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1996; POLLAK, 1989). Se, de um lado, isso se evidencia nos vestígios documentais de que dispomos para o trabalho de investigação histórica, por outro, cabe aqui pensar sobre a “memória”⁸ e o significado dado ao ato de rememorar, especificamente nas práticas da catequese. Foco fundamental da catequese jesuítica, a memória, constituída sob a forma de ordenamento cronológico, calcava-se nos atos rituais e litúrgicos, na encenação ritual combinada com a escrita e ordenada linearmente. Trata-se daquilo que entendemos como “narrativa histórica”, que rompe com outras formas narrativas, como a mítica – identificada não exclusivamente com a narrativa indígena, posto que à cristandade também tem as suas narrativas míticas. Enfim, uma nova forma de ordenar acontecimentos e relatá-los se expressa dentre os índios, particularmente nos momentos de conflito e disputa nas fronteiras americanas.

Conseqüentemente, a memória histórica, calcada nos registros escritos, procura estabelecer uma transcendência que permita ultrapassar os limites do grupo. O domínio da escrita parece sedimentar uma “memória histórica”, que aproxima a “pedagogia jesuítica” daquilo que Halbwachs enuncia como a diferença entre “memória coletiva” e “memória histórica”.⁹ Contudo, tal autor considera o conceito *memória histórica* algo paradoxal, posto que “a memória coletiva não se confunde com a História, e que a expressão memória histórica não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto”. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Com efeito, os autores dedicados ao tema da memória remetem ao embate entre as recordações e seus protagonistas nos atos de rememorar e esquecer, ambas as situações concebidas como um jogo de forças.¹⁰ Os documentos consultados apresentam indícios de atitudes por parte dos Guaranis que tentam instaurar uma memória coletiva e, por conseguinte, um elemento de unidade de um grupo ante os outros. Segundo Jacques Le Goff, a memória coletiva é um elemento essencial para a identidade, seja ela individual, seja ela coletiva, mas

não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (1996, p. 476).

Os “modos de rememorar” dos Guaranis, outrora calcados em músicas, danças e bebedeiras, enfim, em festas, sofreu grande impacto com o advento da escrita, especialmente diante da possibilidade de formar registro dos fatos, das vontades e opiniões. A escrita introduziu novas maneiras de eles se relacionarem com o passado, visto que agora compartilhavam dos mesmos códigos dos colonizadores a partir de uma sociabilidade baseada na memória estabelecida através do “mundo do texto”.

Em certo sentido, os autores são unânimes ao conceber que a memória, pensada a partir desses parâmetros, necessita de suportes físicos e espaços sociais para sua perpetuação. Nesse contexto, é a escrita que fornece aos índios das reduções elementos para atualizar a existência de uma coletividade, que rememora a si própria e, também, sua territorialidade.

Escrever é um ato carregado de significados simbólicos, que comporta o estabelecimento de uma memória das coisas, idéias e pessoas por meio da transmissão de conhecimentos. De fato, esse foi um dos principais objetivos daqueles que escreviam nos séculos XVI e XVII. Portanto, a escrita primeiro estava à disposição dos jesuítas como recurso a serviço da configuração de uma memória que corroborava os valores da cristandade e que depois passou a expressar um ponto de vista indígena.

Com a elaboração de catecismos, gramáticas e vocabulários em guarani pelos jesuítas, foram estabelecidas as condições para a evangelização promovida nas reduções. Através desses instrumentos de catequese, foi possível aos índios fixarem, através da “memória oralizada”, as verdades cristãs.¹¹ O convívio com um número considerável de textos religiosos, utilizados durante os atos litúrgicos, facilitava a tarefa de memorização. Dessa maneira, a população missioneira tomava conhecimento do potencial da escrita, fato que permitiu a eles um novo modo de relação com as formas de recordação, agora não mais restritas unicamente à transmissão oralizada.

Nas sociedades do Antigo Regime, a capacidade humana de criar ou de estabelecer memória estava relacionada tanto à escrita quanto às imagens e às palavras verbalizadas.¹² Nesse sentido, as encenações foram um meio eficaz de comunicação maciça, de estabelecer verdades, que as ordens religiosas souberam valorizar. Os autos foram um recurso muito utilizado nos primeiros tempos de catequese. Diferentes modalidades de encenações, combinando escrita e oralidade, fizeram circular narrativas que procuravam estabelecer uma linearidade aos acontecimentos.

Os autos eram uma forma de mensagem, cuja tentativa era a de construir uma representação, uma luta entre Deus e o Diabo, com o exclusivo propósito de reforçar a “pedagogia inaciana”. Um dos autos encenados nas reduções apresentava a dramatização de um episódio bíblico, no caso a expulsão de Adão do paraíso, com expressões em espanhol, guarani e latim. Os autos e os sermões representavam, assim, uma efetiva possibilidade de ampliação da circulação do texto escrito e sua transmissão através da memorização.

No Paraguai colonial, é notório o fato de os jesuítas recorrerem a diversos métodos de memorização voltados à catequese, valendo-se das experiências prévias praticadas nas demais áreas coloniais, tanto na América portuguesa como no México e nos Andes. Através desses recursos, procuravam inculcar os preceitos da fé católica aos indígenas. Algumas encenações, inclusive, foram elaboradas a partir de temas de grande

repercussão entre os Guaranis, pois poderiam contribuir para criar um sentimento de coletividade, de uma identidade diante de fatos considerados como fundantes para a comunidade.

Nesse sentido, as festas promovidas nas reduções foram caracterizadas por grandes encenações acompanhadas de recitações em guarani e latim, determinando que a *feira da redução*, segundo Maria Cristina Martins, comporta um novo sentido. (MARTINS, 1997, p. 42). Os momentos de celebração congregavam elementos presentes na idéia de reunião, voltados à sujeição, fixação e educação com finalidade, evidentemente, catequética.

Foi, justamente, a possibilidade facultada pelas celebrações que determinaram a elas um papel vital nas reduções. As celebrações poderiam ser anuais ou mesmo diárias, mas também havia uma terceira modalidade nas reduções, as celebrações de ocasiões especiais. (WILDE, 2003, p. 224). Nesse aspecto, tais momentos contribuíram para estimular mecanismos voltados à formação de uma memória coletiva. Enfim, uma forma de estabelecer a identidade de um grupo a partir de um conjunto de estratégias.

A gente lusitana: os inimigos históricos dos guaranis orientais

Nessa época, a escrita também cumpria a função de externar a inconformidade indígena com a ordem de entrega das reduções orientais aos seus inimigos, no caso a “gente lusitana”. Devido à sua situação de fronteira entre os domínios ibéricos na América do Sul, a população das reduções orientais esteve sujeita aos efeitos e impactos da proximidade com os colonizadores a serviço de Portugal na região. E, por sua vez, o conflito renovado com a “gente lusitana” operava entre os índios das reduções como um fator que permitia a eles reafirmarem sua própria identidade a partir da oposição com esse inimigo histórico.¹³

Um aspecto muito recorrente em alguns textos escritos pelos Guaranis é o ódio manifesto contra os portugueses. Não resta dúvidas que, além de permitir acesso a documentos oficiais, os jesuítas se esforçavam em difundir, sempre que possível, informações sobre o passado, centradas em episódios específicos. As narrativas apresentadas aos índios estavam calcadas nas vitórias contra os portugueses quando, inclusive, negligenciavam alguns fatos antecedentes, como foi o êxodo do Guairá comandado por Antonio Ruiz de Montoya. ([1639], 1989, p. 176). A versão difundida pelos jesuítas era a de que as terras orientais

havam sido dadas por Deus aos antepassados dos Guaranis, procurando estabelecer, assim, uma relação de ancestralidade com o território. Por sua condição fronteiriça, os missionários sempre enfatizaram aos Guaranis em suas pregações essa versão que encerra, antes de tudo, uma finalidade antilusitana.

Assim, durante o período de conflito nas reduções, em seus escritos e cartas, os índios missioneiros recordavam freqüentemente os êxitos logrados contra os portugueses quando atuaram a serviço do rei de Espanha.¹⁴ As informações que utilizavam nas suas cartas, para corroborar os seus argumentos, podiam ser obtidas através de consulta direta aos “arquivos” localizados em cada redução.

A existência de um lugar destinado a organizar os papéis, como foram as bibliotecas e os arquivos, destaca a importância conferida à preservação da memória escrita nas reduções. Esses espaços atuavam como locais de consulta: quando surgia alguma dúvida, impasse ou controvérsia, era possível o encaminhamento de uma solução mediante pesquisa prévia a esses documentos. O cultivo da prática arquivística, condição para salvaguardar as informações do passado, desfrutou de atenção privilegiada nas missões.¹⁵

A própria sistemática indígena de fazer referência a papéis oficiais, como eram as reais cédulas, mencionando-as repetidas vezes, revela um longo envolvimento com essas práticas. É de se supor que os Guaranis tiveram acesso direto a esses documentos¹⁶ reforçando a circulação de informações no espaço reducional e estimulando a elaboração de outros escritos, como verificado no período da demarcação de limites.

De modo geral, aqueles Guaranis que tinham à sua disposição anais, cartas e documentos, estavam melhor capacitados a elaborar uma concepção do passado orientado a partir de narrativas escritas, estabelecendo relações entre diferentes momentos. Por sua vez, a menção a um documento oficial, como uma real cédula, pode ser o resultado do próprio ato enunciativo, da encenação ritual e toda a carga simbólica que revestia sua notificação. Fato que elucida o “poder de verdade” da palavra enunciada a partir da leitura coletiva e ritual de um documento escrito. O simples fato de reproduzirem informações amparadas em documentos administrativos, como as reais cédulas, também é um indicador da lealdade dos índios ao rei em momentos importantes de defesa dos interesses da monarquia hispânica no continente americano.

As narrativas escritas jogavam com o passado remoto de uma comunidade quando, justamente, a ação decisiva dos antepassados parecia

ter decidido a sorte desse grupo. Portanto, as recordações desses Guaranis relacionavam-se às dificuldades enfrentadas nos anos iniciais da vida em redução, forjando uma percepção histórica desses acontecimentos.

Com efeito, tanto as encenações como as narrativas conduzidas pelos jesuítas estimulavam a lembrança de fatos que contribuíssem à construção de uma memória que reforçasse a invenção dessa ancestralidade comum às reduções orientais.¹⁷ Por esse motivo, ao que parece, omitiam os fatos relativos ao êxodo, julgando que poderiam comprometer o sentimento de pertencimento ao território. Em parte, essa ojeriza decorre dos diferentes expedientes (autos, representações, sermões), dos quais os jesuítas sempre procuraram tirar proveito da animosidade contra os portugueses.

Ao conceberem uma determinada interpretação do passado, os missionários reforçavam os argumentos antilusitanos que sustentavam as recordações dos indígenas missioneiros. A construção da memória entre os Guaranis passava, portanto, por definir seus inimigos, sujeitos indispensáveis para a coesão do grupo. Os jesuítas perceberam a importância e exploraram a persistência dessa “relação de inimizade” com a *gente lusitana*.

Conseqüentemente, as manifestações de hostilidade que demonstravam os Guaranis contra os portugueses foram nutridas e legitimadas pelos próprios missionários, em toda sua ação evangelizadora. A justificativa sempre foi muito clara, como ficou registrada na cópia de uma carta de Bernardo Nudorffer, ao refutar as acusações perpetradas contra a Companhia de Jesus. Nela ele afirmou categoricamente que os Guaranis

tienen tal odio implacable ellos lo sabran a lo menos sabe y pueden saber el libelista, que se lo han merecido dellos, por sus crueldades antigas referidas en la Historia del Pe Del techo, Vida de Pe Antonio Ruiz, y su Conquista Espiritual, Vida del Pe Cathaldino, y los misioneros Ilustres del Paraguay, la cedula de Felipe IV de 1639.¹⁸

Possivelmente, alguns indígenas tiveram acesso direto aos exemplares dessas obras, outros apenas como ouvintes da pregação, principalmente em missas e sermões. Conhecemos, por exemplo, a tradução ao guarani da *Conquista Espiritual*,¹⁹ de Montoya, obra vertida para o idioma indígena exatamente para facilitar a leitura dos catecúmenos. A divulgação de narrativas como essa, a respeito da relação conturbada com lusitanos,

servia para manter mobilizada e unida a população das reduções orientais diante de um inimigo externo comum.

As novas gerações de Guaranis, a partir do êxito contra os “portugueses paulistas”, foram condicionadas pelas lembranças dessas vitórias. Tais recordações reforçavam a condição fronteira das reduções orientais. Uma manifestação inconteste do antilusitanismo missionário é o conteúdo da epístola enviada aos espanhóis por Juachin Guaracuye, Tenente da Redução da Cruz. No dia 15 de maio de 1756, quando a capacidade de resistência missionária mostrava-se bastante comprometida, ele redigiu uma carta em que já nas primeiras linhas recordava a colaboração das tropas missionárias com os colonizadores hispânicos na tomada da Colônia do Sacramento, em 1680. No fim do texto, avisava aos espanhóis que “*apartense de los Portugueses, cuando nosotros lleguemos*”. Atráves da mensagem ele esclarecia que “*no queremos matar a los Castellanos, a los Portugueses si, queremos consumirlos*”.²⁰ O alerta aos espanhóis, diferenciando-os dos lusitanos, procurava jogar com o passado remoto de colaboração entre a milícia hispano-criolla e missionários. Se a estratégia obtivesse êxito, segundo a avaliação de algumas lideranças guaranis, ela permitiria maiores possibilidades de seguir resistindo à ocupação das reduções.

A escrita indígena produzida nesse momento permite abordar as maneiras pelas quais os índios organizaram suas narrativas do passado, onde figuram categorias relacionadas ao tempo linear. Nesses episódios, a temporalidade indígena estava expressa em parâmetros ocidentais e, geralmente, os Guaranis letrados repetiam sua cantilena de inconformidade com a entrega de suas terras, demonstrando plena noção de quem eram os seus “inimigos” e atribuindo uma dimensão “histórica” aos acontecimentos passados, aliados a um desejo de resistir às ordens de mudança.

A Relación de Chrisanto Nerenda: entre a memória e a história

Em meio à expressiva produção de cartas oficiais, com eminente caráter político-administrativo – em decorrência da eclosão do conflito nas reduções – e mesmo de comunicação pessoal, alguns índios se aventuraram em uma escrita com característica de um relato pessoal. De fato, a prática da escrita entre os Guaranis missionários está

diretamente relacionada à condição sociocultural de alguns indígenas, pois a instrução alfabética ministrada nas reduções foi seletiva.

Assim, mesmo restrita a determinados grupos, a escrita atendia a diversas finalidades. Uma delas foi a de estabelecer o relato de determinados acontecimentos. Esse foi o caso da narrativa elaborada pelo *mayordomo* (administrador) da Redução de São Luís Gonzaga, Chrisanto Nerenda.²¹

O texto corresponde ao momento da chegada de Nerenda ao fortim lusitano – acompanhado de meia centena de companheiros – nas margens do rio Jacuí, até o retorno à sua redução de origem. Depois de ser capturado pelos portugueses em Rio Pardo, ele passou alguns meses em cativeiro. Posteriormente foi libertado e regressou a São Luís onde decidiu escrever uma extensa relação, em língua guarani, narrando os episódios que havia presenciado.

Por meio dessa narrativa, sabemos que ele passou por situações de extrema adversidade devido às ameaças e privações às quais esteve sujeito. Durante aproximadamente dois meses, entre o início de maio até meados de julho de 1754, ele foi submetido a várias pressões e conheceu pessoalmente o plenipotenciário a serviço de Portugal para executar a demarcação dos novos limites, Gomes Freire de Andrada. Em mais de uma ocasião foi interrogado sobre o *modus vivendi* dos jesuítas, sem jamais sucumbir às ameaças recebidas. Esse Guarani letrado, de aproximadamente 40 anos, foi um dos 14 sobreviventes a que Gomes Freire concedeu liberdade, depois de sua prolongada permanência na vila de Rio Grande.

Com efeito, quase sem exceções, a escrita pessoal é marcada pelas experiências, por vezes traumáticas, sobretudo relacionadas a contextos excepcionais, ameaças ou perseguições. Situações como essas rompiam com a rotina da vida em redução, atuando como estímulo à elaboração de um registro da sobrevivência do narrador.

Foi, justamente, o fato de os conteúdos da *Relación de lo que sucedió a 53 Indios del Uruguay* estarem de acordo com a ótica pretendida pelos jesuítas, ou seja, a defesa do modo de vida cristã, que determinou a tradução e conservação do texto à época. A tradução dessa narrativa, cujo original ficou arquivado na Redução de São Luís, de acordo com a anotação do próprio Nussdorffer, foi concluída em fevereiro de 1755.²²

O relato desse Guarani missioneiro é, sem dúvida, o texto indígena que melhor sintetizou o estranhamento missioneiro em relação ao mundo extra-reducional, especialmente a conduta dos portugueses. Ele apresenta

um traço em comum com outros escritos elaborados pelos indígenas letrados nessa mesma época, ou seja, o seu caráter devocional. Os argumentos estavam orientados pela lógica cristã, que serviu de fundamento para as práticas letradas nas reduções, mas que, nesse momento, também atendiam às necessidades de formar um registro, legar uma memória social.

A habilidade com a prática da escrita fora adquirida quando ele desempenhava o cargo de administrador de armazéns e estâncias de sua redução, atividade que demandava elaborar informes ou prestar contas quanto ao estado dos bens comuns. E o controle desses assuntos requeria, obrigatoriamente, registros escritos. Assim, a partir do uso freqüente da tinta e da pluma, inicialmente voltada a uma finalidade contábil, foi possível a indivíduos experientes produzirem modelos textuais melhor elaborados, cujos manuscritos estão muito próximos de uma escrita de caráter pessoal ou “privado”.²³

De fato, a relação elaborada pelo *mayordomo* da Redução de São Luís é um exemplo da importância que a escrita desempenhou entre os indígenas na transmissão e difusão de informações e notícias. Sabemos que em meados do século XVIII tal relação chegou a atingir grande repercussão no âmbito missionário, a se julgar pelas informações históricas sobre a circulação do texto.²⁴ Em 1758, o ex-provincial do Paraguai, Manuel Quirino, ao elaborar um manuscrito compilatório dos principais episódios relacionados ao Tratado de Madri, qualificou Nerenda como “índio historiador”.²⁵ Tal apreciação decorre da narrativa minuciosa elaborada a respeito do período em que ele permanecera como prisioneiro. Ao que tudo indica, ele recorreu à escrita para registrar sua posição pessoal, no caso o estranhamento em relação ao modo de vida dos portugueses. Dessa forma, manifestava sua adesão ao projeto missionário – e não o tradicional repúdio aos trabalhos de transmigração, expresso em outros textos indígenas do mesmo período.

Entre os escritos identificados como pessoais, figuram alguns que foram motivados pelo desejo de formular testemunhos e assim manifestar opiniões que poderiam atingir outras platéias. Por certo, Nerenda escreveu motivado pela expectativa de ser lido por outros, pelo exercício do seu ofício, quando direcionou sua habilidade letrada para a elaboração de um texto com características de memória pessoal. A prática da escrita de maneira freqüente favoreceu o desenvolvimento de outras formas textuais, gerando documentos que funcionam como suportes para recordações, depositários de lembranças.

Nesse sentido, a escrita, em alguns episódios, foi depositária de alteridades geradas diante de experiências singulares. Com efeito, o conteúdo dessa relação apresenta elementos que a aproximam de uma memória coletiva, pois é uma forma de escrita pessoal mais centrada no exterior.²⁶

Como vimos, a “razão gráfica” nas reduções atendia a propósitos variados. Entretanto, nessa época de conflitos, ela também poderia expressar, sem dúvida, uma preocupação com a longevidade dos acontecimentos. Assim, atuava como um remédio contra o esquecimento, um antídoto para minimizar a amnésia social. Em certo sentido, escrever havia assumido entre a elite missioneira, e mesmo entre os índios letrados, a condição de um testemunho que imaginavam não seria superado facilmente.²⁷

Pelo exposto, compreendemos como o exercício regular da escrita favoreceu o desenvolvimento de outras formas textuais e, segundo Antonio Castillo Gomez, apesar de ainda insuficientemente conhecidas, elas funcionam “*comme objets-mémoire, c’est-à-dire comme instruments du souvenir et outils permettant de formuler les identités personnelles et collectives, relève également du domaine de l’écrit*”. (2001, p. 821). De fato, entre os escritos pessoais, figuram textos que foram motivados pelo desejo de formular testemunhos e assim manifestar opiniões que poderiam atingir outras platéias.

Ao que tudo indica, Nerenda também escreveu motivado pela expectativa de ser lido por outros, quando direcionou a prática da escrita adquirida no exercício do cargo de administrador para a elaboração de relato com características de uma memória pessoal. Através desse texto, ele procurava fazer da sua experiência um exemplo para os demais. Sua narrativa denunciava os riscos da proximidade com a gente lusitana, motivo suficiente para os jesuítas apoiarem e endossarem a sua divulgação entre os demais Guaranis. Tal narrativa, além de formar um registro dessa experiência, servia de reforço à imagem negativa difundida pelos jesuítas sobre o comportamento dos portugueses.

A familiaridade manifesta com os diferentes níveis das práticas letradas, mesmo restrita a uma elite, havia promovido sociabilidades inéditas, permitindo à população missioneira estabelecer novos modos de relação com os outros e os poderes. O certo é que os momentos de crise, de tensão ou impasse nas reduções coincidiram com a prática da escrita pelos Guaranis. Possivelmente, em situações excepcionais, como

os momentos de contato com os portugueses, foi quando os indígenas missioneiros sentiram a necessidade de colocar no papel suas inquietações, sempre que as circunstâncias permitiram e, assim, formar um testemunho de algumas efemérides.

Enfim, as entrelinhas da narrativa de Nerenda deixam transparecer que além da preocupação com a memória, fosse ela individual ou coletiva, havia uma motivação adicional, relacionada ao desejo de proporcionar lições e de servir como exemplo aos demais índios missioneiros. O interesse dos Guaranis em deixar registros de suas experiências e inquietações demonstra como escrita e memória estavam imbricadas no cotidiano da população missioneira, em um jogo social no qual procuravam estabelecer uma versão indígena dos acontecimentos por eles protagonizados.

Notas

¹ A expressão “razão gráfica” foi cunhada por Jack Goody, antropólogo inglês, com trabalho de campo na África o qual dedicou atenção aos efeitos produzidos pela introdução da escrita alfabética em sociedades tradicionais. A escrita é considerada uma ferramenta para o desenvolvimento do intelecto, uma experiência de caráter individual que transforma os processos cognitivos, determinando a “domesticação do pensamento selvagem”. (GOODY, 1987, 1988).

² Por meio do exame das “criações cotidianas”, das “artes de fazer”, é possível perceber como os Guaranis se apropriaram da escrita alfabética destinando a ela novas finalidades. Há que se abandonar concepções de um consumo passivo dos produtos culturais, para uma que enfatize a criação anônima, a ação criativa desses indígenas nos usos que fizeram da tecnologia gráfica (escrita, livros e imagens). (CERTEAU, 1984).

³ Segundo Walter Ong, a escrita altera os modos de pensamento e as possibilidades de cognição, sendo, por isso, considerada uma ferramenta poderosa, uma tecnologia profundamente interiorizada. A escrita (especialmente a alfabética) é uma tecnologia que exige o uso de outros equipamentos (lápis, pincel, papel, tinta), promovendo uma reestruturação da consciência. (ONG, 1998, p. 98).

⁴ A publicação do trabalho de Charles Gibson, nos anos 60, marcou o ponto de inflexão na historiografia colonial ao centrar sua atenção em favor de uma história dos conquistados, fato que despertou o interesse dos historiadores pelos textos escritos por índios. E o desafio de trabalhar com documentação indígena foi renovado a

partir das pesquisas de James Lockhart (1992). Sem dúvida, trabalhar com textos indígenas durante o período colonial é uma tarefa que tem possibilitado inovações importantes à temática. Para uma apreciação dos avanços mais recentes na divulgação de textos indígenas, veja-se (MONTEIRO, 2006, p. 9-12).

⁵ Nos seus últimos artigos, Bartomeu Melià dedicou atenção aos documentos escritos pelos Guaranis como fontes para as histórias missioneira e paraguaia. Para uma caracterização geral dos momentos e temas da escrita praticada por esses índios, veja-se (MELIÀ, 1999, 2000, 2005).

⁶ Segundo Gruzinski, uma das principais consequências da conquista espanhola no México, no século XVI, foi a “colonização do imaginário”, transformação operada através da passagem da escrita pictográfica à escrita alfabética e, como decorrência dessa, “*el uso de la escritura modificó la manera de fijar el pasado. Como entonces no interrogarse sobre el modo en que evolucionaron la organización de la memoria indígena y las transformaciones sufridas por si contenido, o en torno a las distancias tomadas en relación con las antiguas y con el grado de asimilación de las nuevas formas de vida?*” (1991, p. 10).

⁷ Memória será aqui tomada no sentido de uma referência para o presente de fatos passados. Para tanto, deve-se levar em consideração que a partir da Idade Moderna, com a difusão da alfabetização, a escrita passará a desempenhar cada vez mais a função de registro de acontecimentos. Para uma apreciação desse tema e sua relação com a História em diferentes períodos, veja-se (POMIAN, 1999, p. 263-342. (Capítulo 3: “De l’histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d’histoire”).

⁸ No século XVIII, a “memória” é definida como a “faculdade d’alma na qual se conservam as espécies das cousas passadas e por meio da qual nos lembramos do que vimos ou ouvimos [...]. A memória é a tesoureira e a guarda de tudo que se lê, vê e ouve”. (BLUTEAU, [1717], p. 414).

⁹ Para esse autor a memória coletiva se distingue da histórica em dois aspectos: “É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo.” (HALBWACHS, 1990, p. 80-84).

¹⁰ Para uma leitura antropológica da relação entre memória e identidade como dinâmicas constitutivas de um jogo social, veja-se (CANDA, 2001).

¹¹ Em 1633, o padre Ferrufino informava que “*un indígena de esta nación*” havia pronunciado diante do padre Procurador da Companhia de Jesus uma “*Oración gratulatoria en tres lenguas – latín, castellano y guaraní*”. R.A.H. (Real Academia de la Historia/Madrid), Fondo Manuscrito. Materia: Guaraníes/Índios. Sig: 9-3687/56. Siglo XVII, 1633. 2 hojas (folios 433 y 428). Cópia devida al P. Rafael Pereira.

¹² O historiador Fernando J. Bouza Álvarez, ao analisar a Europa da Idade Moderna, procurou esboçar uma idéia “*del progresivo afianzamiento de la escritura entre los siglos XV y XVII dentro de un contexto general de formas de comunicación variadas (oralicónica-visual y escrita)*”, e como essa, em boa medida, correspondia a uma civilização escrita. (BOUZA ÁLVAREZ, 1992, p. 10).

¹³ A condição fronteiriça das reduções implicou a formação de uma milícia armada, uma “tropa auxiliar” que colaborou em

inúmeras facções de guerra, auxiliando o exército hispano-americano. Os Guaranis atuaram em 1680, inviabilizando a primeira tentativa portuguesa de estabelecer a Colônia do Sacramento. Também participaram, no início do século XVIII, da segunda expulsão dos lusitanos dali e, após a reinstalação portuguesa nessa localidade, por efeito do Tratado de Utrecht, em 1715, novamente colaboraram no cerco a Sacramento entre os anos 1735/1737. O conflito renovado com a gente lusitana implicou uma identidade tape atribuída aos Guaranis orientais. (NEUMANN, 2000).

¹⁴ Segundo Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”. (1989, p. 9).

¹⁵ A.G.N./BA (Arquivo Geral da Nação/Buenos Aires): Sala IX, Legajo 7/1/4. Yndice del Archivo Grande. Buenos Aires. O arquivo de Candelária, a sede das reduções, possuía uma organização invejável.

¹⁶ A.H.N (Arquivo Histórico Nacional/Madrid). Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Exp. 7. Relación de lo que já Compañía há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad. O padre Luis Charlet, em 6 de setembro de 1753, elaborou um arrazoado das manifestações indígenas, e nessa comentou: “[...] y rebolviendo sus annales se lo dicen unos à otros [...]”. (p. 36v).

¹⁷ Segundo Peter Burke, ao se tratar a memória como fenômeno histórico, como uma recordação que é seletiva, devemos identificar os procedimentos pelos quais houve essa seleção: “As recordações são maleáveis e necessitamos compreender a forma como são moldadas e por quem.” (BURKE, 1992, p. 238).

¹⁸ A. H. N. Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Doc. 77 [no fim do documento está escrito: “*Su verdadero autor es Bernardo Nusdorffer actual Misionero entre los mismos Indios y quien avia sido dos vezes Superior de Misiones, y una Provincial de toda la Provincia. El mismo me envio de alla = JHS. Juan de Escandon.*”]

¹⁹ *Aba reta y caray ey baecue Tupã upe yñemboaguiye uca hague*. Publicada com o título geral de *Manuscrito guarani, por Batista Caetano de Almeida Nogueira* (ANNALES da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1879, v. 6).

²⁰ A. G. S. Secretaría de Estado, Legajo 7410, Doc. 9 [Carta de Juachin Guaracuye ao governador de Buenos Aires].

²¹ A. H. N. Sección Clero-Jesuitas, Legajo 120. “RELACIÓN de lo que sucedió a 53 Indios del Uruguay, cuando acometieron por 2º con otros muchos el fuerte de los Portugueses del Rio Pardo, escribio un Indio Luisista que fue uno de estos 53 llamado Chrisanto, de edad como de 40 años, Indio Capax y mayordomo del pueblo, traduxo lo un misionero de la Lengua Guarani en castellano, año 1755.”

²² No fim da tradução, Nusdorffer teve o cuidado de informar: “*El original de este papel en Lengua Guarani esta en el pueblo de S. Luis a donde lo remiti. S. Carlos y febrero 19 de 1755. Bernardo Nusdorffer.*” (A. H. N. Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Caja 2, Doc. 56); alguns trechos desse documento foram transcritos por Furlong em obra dedicada à vida de Nusdorffer. (FURLONG, 1971, p. 87-90).

²³ Para uma discussão a respeito da difusão de novos modelos de escrita deflagrados a partir do aumento dos níveis de

alfabetização na Idade Moderna, veja-se (CASTILLO GÓMEZ, 2006).

²⁴ A. G. S. (Arquivo Geral de Simancas/ Valladolid). Secretaria de Estado, Legajo 7410. Inventario de todos los papeles, y documentos que han entrado en esta Secretaria de la Capitanía General, tocante a las averiguaciones echas sobre los autores de la desobediencia de los Indios [...]. Coube a Nicolas Patrón encaminhar a tradução dos documentos apreendidos por Viana. Entretanto, a cópia da tradução existente no arquivo de Simancas (Valladolid) omite a primeira linha, onde constava o nome de Chrisanto Nerenda como responsável pela redação desse texto. Somente foi possível perceber essa omissão através do cotejo entre a versão impressa, publicada em Montevideu (1938), com a cópia manuscrita existente em Simancas (A. G. S. Secretaria de Estado, Legajo 7410). A reprodução impressa desse texto foi publicada nos documentos relativos a la ejecución del tratado de límites de 1750 (DOCUMENTOS RELATIVOS..., 1938).

²⁵ Real Academia de la Historia – Madrid. (RAH). Sobre el tratado con Portugal. P. Manuel Quirino; 9-11-5-151; Sig 9/2279. Mss. p. 184v.

²⁶ Segundo James Amelang, a característica de narrativas dessa natureza é que sua “*mirada se dirige hacia fuera, no hacia dentro*”. (AMELANG, 2003, p. 17-18).

²⁷ Segundo Armando Petrucci “las elites sociopolíticas de las sociedades aculturadas identifican, transmiten y conservan su propia imagen escrita; y al mismo tiempo, recopilan la documentación histórica de las generaciones anteriores, con las que y en las que se identifican”. (PETRUCCI, 2002, p. 130).

Referências

- AMELANG, James. *El vuelo de Ícaro: la autobiografía popular en la Europa moderna*. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- ANNALES da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1879. v. 6.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Rio de Janeiro: UERJ, [s.d.], p. 414. (Edição original de 1717).
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita en la Alta Edad Media (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis, 1992.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CANDAU, Joel. *Memoria e identidade*. Buenos Aires: Del Sol, 2001.
- CASTILLO GOMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006.
- _____. “Entre le public et le privé: strategies de l’écrit dans l’Espagne du Siècle d’Or”. *Annales, Histoire, Sciences Sociales* 56 (2001), 4-5, p. 803-829.
- DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. *El Siglo Ilustrado*, Montevideo, v. 13, n. 1, p. 1-300, 1938.
- FURLONG, Guillermo. *Bernardo Nudorffer y su “Novena Parte” (1760)*. Buenos Aires: Theoria, 1971.
- GOODY, J. *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença, 1988.
- _____. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GIBSON, Charles. *Los aztecas bajo lo dominio espanhol*. México: Siglo XXI, 1967.
- GRUZINSKI, Serge. *La colonización del imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español: siglo XVI-XVIII*. México: FCE, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- LOCKHARDT, James. *Los nahuas después de la conquista: historia social y cultural de los indios del México central, del siglo XVI a XVIII*. México: FCE, 1999.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. Tempo, festa e espaço na redução dos Guaraní. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 31-47, 1997.
- MELIÀ, B. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos. In: GADELHA, Regina. A. F. *Missões Guaraní: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p. 55-64.
- MELIÀ, B. Un Guaraní reportero de guerra. *Acción* – revista paraguaya de reflexión y diálogo. Asunción, n. 208, p. 20-23, 2000.
- MELIÀ, B. Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 9, v. 1, p. 5-18, 2005.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús, en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639a.

_____. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Estudio preliminar y notas: Ernesto Maeder. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.

MONTEIRO, Jonh. Apresentação. *Revista de História* (Dossiê História dos Índios). São Paulo, USP; FFLCH, n. 154, v. 1, p. 9-12, 2006.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: conflitos luso-guarani na Banda Oriental (1680-1756). *Revista Complutense de Historia da América*, Madrid, n. 26, p. 73-92, 2000.

NEUMANN, Eduardo S. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. 2005. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

ONG, Walter. *Oralidad e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

WACHTEL, Nathan. *Los vencidos: los indios del Peru frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza, 1976.

WILDE, Guillermo. Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes. *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid, v. 33, p. 203-229, 2003.

Artigo recebido em agosto de 2007. Aprovado em setembro de 2007.